

Não somos o inimigo: o debate sobre a pauta LGBTI entre os policiais

Pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostrou que 92% de comentários contrários às pautas LGBTI nas redes foram feitos por praças das Polícias Militares. Até 1830, ser homossexual no Brasil era crime e podia levar à prisão

Anderson Cavichioli
18 de agosto de 2020

EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS



A masculinidade tóxica permeia a sociedade brasileira e se reflete nos meios policiais

Na pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, intitulada “[Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil](#)”, em uma amostra de 885.730 policiais, com 70% de integrantes da ativa e 30% inativos, um dado sobre a pauta LGBTI merece ser destacado: 92% do total de comentários contrários às pautas LGBTI foram feitos por profissionais com cargo de praça das Polícias Militares, sendo o segundo tipo de comentário mais frequente entre PMs nas redes sociais. O dado chama a atenção porque nos remete às razões dessa predominância da recusa à aceitação de direitos igualitários às pessoas LGBTI entre os praças das Polícias Militares do Brasil.

Qualquer análise da formação de um povo, principalmente em um país continental, com imensa heterogeneidade como é o Brasil, não é uma tarefa simples, pois consiste em identificar variantes em uma equação complexa, na qual fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais devem ser sopesados. Diante deste desafio analítico, de antemão aponto os limites deste texto opinativo.

Mas meu local de fala, como homem branco, *cisgênero*, homossexual, membro da segurança pública brasileira e atual presidente da [Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI](#), autoriza indicar alguns fatores que considero preponderantes para uma discussão acerca das conclusões – ainda que parciais – reveladas pela pesquisa.

As normas de gênero nos apanham desde antes do nascimento e nos acompanham até a morte: dualismo de gênero e instituição de normalidades corporal e sexual. O pênis, determinante da masculinidade. A vagina, da feminilidade. O único destino possível, o biológico. A *cisgenderidade* e a heterossexualidade, como regras-parâmetro, empurram quem nelas não se enquadra para a marginalidade social. Fatores históricos subalternizaram as pessoas identificadas como LGBTI no Brasil, apanhadas por discursos religiosos, jurídicos e das ciências médicas: pecado, crime e doença foram categorias desde sempre utilizadas para desumanizar dissidentes das normas de gênero e de sexualidade.

A luta do movimento LGBTI pode ser sintetizada na busca pela liberdade em relação às imposições do regime histórico-discursivo da anormalidade, marginal e desumanizador dessa parcela da população. Ao pecador, a fogueira. Ao criminoso, a prisão. Ao louco, a internação. Todos destinos higienistas nesta perspectiva de busca de uma sociedade livre da “perversão”.

Neste ponto de reflexão surge uma primeira pista sobre os dados da pesquisa. A polícia é a instituição pública historicamente responsável pela tarefa de combate aos criminosos. Até 1830, ser homossexual no Brasil era crime, sujeitando, quem assim fosse identificado, à prisão. A revogação da lei criminalizadora da homossexualidade não impediu a perseguição à comunidade LGBTI. As rondas comandadas pelo Delegado Richetti em São Paulo, apeladas de Operação Limpeza, na década de 1980, bem demonstram que a perseguição não cessou com a revogação. As brechas de tipos penais abertos continuaram a servir de fundamento para as perseguições.

Historicamente instaurou-se a desconfiança recíproca entre a instituição polícia e pessoas LGBTI. Perseguidores e perseguidos: nós e eles. O velho discurso de classificações binárias. Mudar esse quadro não é tarefa fácil nem imediata. Talvez esse seja o maior desafio de uma rede formada por profissionais de segurança pública LGBTI: romper essa desconfiança histórica, criar pontes, unir pelo que nos é comum: em geral, o pertencimento à humanidade e, em particular, o desejo de construção de um modelo de segurança pública pautado em valores republicanos e democráticos.

Outro fator que não pode ser ignorado é a ideia de “combate ao inimigo”, própria de uma formação militarizada, explicável apenas em uma perspectiva de defesa de Estados Nacionais. Contudo, a transposição deste ideário para o trato com a criminalidade cotidiana revela que o combate ao inimigo foi, na história brasileira, direcionado a grupos sociais vítimas de marcadores sociais subalternizantes, entre os quais o que segrega as pessoas dissidentes do modelo *cisheteronormativo*.

Em tempos passados, uma pessoa LGBTI jamais diria sobre sua identificação em meios policiais. O silenciamento era e ainda é a regra. Poucos são os profissionais da segurança pública que falam abertamente sobre questões de gênero e sexualidade desafiadoras do binarismo. Indubitavelmente é um avanço, mas não sem custos pessoais. Quantos já não foram os relatos de profissionais de segurança pública LGBTI sobre situações em que colegas de profissão recusaram-se a trabalhar conjuntamente, a estarem no mesmo alojamento, a compartilharem experiências profissionais?

Mas há ainda outra variante sem a qual não é possível explicar o resultado da pesquisa. A masculinidade tóxica permeia a sociedade brasileira e se reflete nos meios policiais. Espera-se neste modelo de masculinidade invariavelmente a demonstração de força, destemor, coragem, entre outras qualidades, imprescindíveis para o “combate ao inimigo”, que deve ser sempre vencido. É a lógica da guerra. Parte da estratégia vitoriosa, segundo esta percepção, assenta-se na imposição do temor. Nesta visão de mundo, este trunfo é perdido, caso não se apele às qualidades próprias à masculinidade viril. Assim foi historicamente construído o imaginário sobre a atividade policial brasileira.

O ingresso de mulheres nas corporações policiais é recente. De pessoas LGBTI que assim se identificam, ainda embrionário. A ocupação destes espaços públicos por pessoas que não *performatizam* o modelo tóxico de masculinidade - ainda considerado como ideal no errático modelo de segurança pública centrado no combate ao inimigo - é fator inegável de tensionamento e desafia um modelo adoeecedor, que acomete a saúde física e mental inclusive de quem se propõe a *performatizar* padrões tóxicos e inatingíveis.

Estamos no início de um processo histórico. Os desafios para a construção de um novo modelo de segurança pública estão postos e as pessoas que a constroem são uma variante fundamental desta complexa equação. Neste contexto, todes deveríamos nos perguntar: qual é o real inimigo?

Anderson Cavichioli

Delegado de Polícia Civil e presidente da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI (RENOSP-LGBTI)

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zijuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjyj6-urnqf-yg5si-ohcr8-grs9u-fvcnc-gb8bf-qrno-fof>

